

Apresentação

Após a edição temática sobre os “Impactos da Covid-19 no Direito Material e Processual do Trabalho”, a Escola Judicial do TRT 10 lança o último número da Revista do TRT 10 no intenso ano de 2020.

A pandemia continua sendo pauta em diversos artigos: o magistrado José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva discorre sobre a COVID-19 como doença ocupacional; o texto da advogada Maria Gabriela Lopes de Macedo trata da redução salarial no teletrabalho e o artigo da juíza Natália Luiza Alves Martin reflete sobre a importância dos métodos de resolução adequada de disputas através de meios telepresenciais.

A chamada Uberização e as novas configurações de emprego e uso das tecnologias estão presentes nos artigos do magistrado Douglas Contreras Ferraz, que debate o movimento dos entregadores de aplicativos e no texto da juíza Maria Rafaela de Castro, que analisa o fenômeno da Uberização. A economia sob demanda e o trabalho em plataformas de microtarefas é o foco do artigo da juíza Wanessa Araújo. Já o juiz Xerxes Gusmão traz o questionamento se o trabalhador de plataformas digitais é empregado ou autônomo.

Outro debate contemporâneo é o levantado pela advogada Flavia Alcassa, que trata da Lei Geral de Proteção de Dados e a exposição de dados sensíveis nas relações de trabalho. Por sua vez, a advogada Débora Penido Resende e a analista Laura Ferreira Diamantino Tostes defendem o dever das empresas na promoção dos Direitos Humanos.

Fazem uso do Direito Comparado e Direito Internacional o pesquisador Igor Sousa Gonçalves

que analisa à luz da jurisprudência internacional o conceito de trabalho escravo contemporâneo; o juiz Pedro Guimarães Vieira que examina o trabalho intermitente em outros países e a pesquisadora Rosane Gauriau compara o direito à desconexão e teletrabalho na legislação da França e Brasil.

No campo do processo do trabalho, o analista judiciário Alekson Teixeira Lima discorre sobre a indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento. Como as Tutelas Provisórias de Urgência prevista no CPC é o questionamento base da produção da analista judiciária Gislaine Cordeiro da Silva.

Já sobre saúde e segurança do trabalho, o auditor Roberto Wakahara discorre sobre os limites da exposição ocupacional a agentes insalubres e o juiz Carlos Eduardo Andrade Gratão compara a proteção legal do trabalhador de minas na CLT antes e depois da Reforma Trabalhista.

Por fim, os juízes Adriano Marcos Soriano Lopes e Solainy Beltrão dos Santos debatem sobre honorários sucumbenciais; o analista Gil César Costa de Paula e George Lucas da Silva Castro discutem os precedentes judiciais à Luz da Civil Law e o Juiz Renato da Fonseca Janon parte da literatura brasileira para tratar da elitização da Justiça.

O volume 24 número 2 além de ricas contribuições sobre Direito Material e Processual do Trabalho conta com 3 acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e com a crônica de um dia na vida de uma trabalhadora em teleatendimento, na Seção Arte e Trabalho.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Flávia Simões Falcão
Diretora da Escola Judicial do TRT-10ª Região